

DO QUINTAL Á UNIVERSIDADE: “ANCESTRALIDADE COMO CIÊNCIA E RESISTÊNCIA”.

SIMONE FERNANDES MATHIAS¹; PATRICIA FERNANDES MATHIAS
MORALES²; CLÁUDIO BAPTISTA CARLE³

¹Universidade Federal de Pelotas - PPGant – simonefernandezpel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - PPGant – patriciamoralespel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – PPGant – cbcarle@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A memória é território. Nela se inscrevem histórias, afetos e saberes ancestrais que resistem ao apagamento, sustentando práticas e visões de mundo que atravessam gerações. Minhas lembranças com minha bisavó Candoca — benzedeira, mulher negra, pelotense, moradora do bairro Fragata, que ancestralizou aos 103 anos em Pelotas (RS) — me constituem. Minhas raízes são afrocentradas e indígenas. Nasci e me criei no terreiro de chão batido, observando a minha mais velha benzer as pessoas que chegavam ao seu portão. Recordo as vivências em sua casa: as práticas, os objetos utilizados, o cheiro dos chás que se esparramavam pelo canteiro. As plantas do quintal se misturavam ao calor do braseiro: arruda, alecrim, flor de laranjeira, sálvia, macela. As ervas de proteção como comigo-ninguém-pode, guiné, espada de São Jorge e Santa Bárbara compunham esse espaço sagrado. Foi ali que aprendi que a ciência não se limita às paredes de um laboratório. Ela floresce também nas mãos que cuidam, nas ervas que curam, nas rezas que alinham corpo e espírito — tecendo um tecido invisível e sagrado junto à natureza. Ao narrar essas memórias no contexto da universidade pública, em diálogo com o tema “UFPEL Afirmativa: Ciência, Direitos Sociais e Justiça Ambiental”, afirmo que o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos precisa reconhecer e dialogar com os saberes ancestrais que estruturam comunidades tradicionais. Lélia Gonzalez (1988) nos lembra de que o racismo epistêmico marginaliza e silencia essas vozes, enquanto Sueli Carneiro (2005) defende a urgência de epistemologias negras e feministas para a construção de um conhecimento plural e emancipador. No campo da justiça ambiental, Ailton Krenak (2019) aponta que a preservação da vida depende de manter viva a relação de cuidado e reciprocidade com a natureza, visão compartilhada por minha bisavó em cada benzedura que realizava.

Conceição Evaristo (2003), ao falar de “escrevivências”, nos lembra de narrar a vida das ancestrais é também reescrever a história oficial a partir de corpos e experiências que sempre estiveram à margem. Já Leda Martins (2002), ao propor o “tempo espiralar”, nos convida a compreender que passado, presente e futuro coexistem, fazendo das memórias não um resíduo, mas uma potência viva. Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2005) nos mostram que o racismo epistêmico marginaliza e silencia vozes e saberes. Para confrontar essa estrutura, este artigo dialoga com Achille Mbembe (2018), que nos mostra, pensar a vida exige confrontar as estruturas coloniais que moldam o próprio conceito de conhecimento e humanidade, e com Nego Bispo (2015), que defende a contracolonialidade como uma forma de resistência. Ao recuperar as histórias e práticas de minha ancestral, este artigo reflete sobre como a memória, a ciência e

a justiça ambiental se entrelaçam, propondo um olhar afirmativo que reconheça as múltiplas formas de produzir e compartilhar conhecimento — e que entenda a memória como ferramenta de resistência, semente de futuro e compromisso com a vida.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como base uma abordagem etnográfica, dialogando com cinco benzedeiras da cidade de Pelotas (RS) e com minhas próprias memórias em torno de minha bisavó. O objetivo é compreender a continuidade das práticas de cura ancestral e sua relevância nas comunidades afrocentradas e populares da região. A etnografia, aqui, não se limita a um método de observação: é um mergulho. Trata-se de adentrar o universo dessas mulheres não como observadora distante, mas como participante imersa, cultivando uma escuta atenta e um olhar sensível para seus rituais, suas narrativas e as relações que sustentam e atualizam essas práticas (GEERTZ, 1989). Para isso, as narrativas foram coletadas a partir de conversas abertas e entrevistas, gravadas com a devida autorização das participantes. A participação em alguns rituais de benzedura teve a permissão, para aprofundar a compreensão sobre a dimensão prática e sagrada de suas atividades. Conforme Leda Martins (2002), o tempo e o espaço dessas práticas são espirais, onde passado, presente e futuro coexistem, e essa noção de tempo espiralar nos permite compreender que memória, espiritualidade e cuidado se entrelaçam em uma mesma experiência. Ao resgatar e registrar memórias e oralidades, este estudo se propõe a preservar e difundir um saber tradicional que, embora presente no cotidiano é frequentemente invisibilizado pelas narrativas hegemônicas da saúde e da medicina ocidental. A pesquisa valoriza também o conceito de território em múltiplas dimensões. Quintais, terreiros, cantos de rezas e espaços comunitários não são apenas locais físicos: constituem territórios afetivos, simbólicos e sagrados, onde corpo, espírito e natureza se entrelaçam. Habitar esses territórios metodologicamente significa reconhecer a integralidade das práticas, compreendendo que a cura se manifesta na relação com plantas, objetos de proteção, ambientes de convivência e memórias preservadas. Trata-se, portanto, de uma postura ética, política e epistemológica, que legitima saberes historicamente marginalizado e reafirma sua potência no presente. A escrita etnográfica se constrói como espaço de valorização das experiências coletivas das benzedeiras e dos territórios que ocupam. Escuto e escrevo suas vozes à luz das “Escrevivências” de Conceição Evaristo (2003), numa enunci(a)ção do cosmoencantamento que nelas habita. Segundo Leda Martins (2002), o tempo e o espaço das práticas afrocentradas são espirais, onde passado, presente e futuro coexistem, permitindo que memória, espiritualidade e cuidado se entrelacem em uma mesma experiência. Nesse sentido, o cosmoencantamento revela que a ciência e o saber tradicional não se separam da vida, da terra ou da comunidade — são inseparáveis da totalidade dos territórios que ocupam. O cosmoencantamento ilumina também a dimensão ética da pesquisa: ao escutar e escrever sobre essas práticas, reconheço que estou habitando territórios vivos, que exigem respeito, cuidado e reciprocidade. Cada memória, gesto e planta utilizada integra um tecido maior, onde ciência, ancestralidade e justiça ambiental se entrelaçam, dialogando com epistemologias afrocentradas (CARNEIRO, 2005; KRENAK, 2019; MBEMBE, 2018; BISPO, 2015). Essa escuta é atravessada pelo meu próprio olhar afrocentrado e indígena, que costura minhas memórias ancestrais às histórias dessas mulheres,

reconhecendo a reciprocidade entre quem pesquisa e quem se deixa pesquisar. A abordagem metodológica ainda se ancora em autoras e autores que discutem oralidade, memória e epistemologias marginalizadas, como Leda Martins (2002), Sueli Carneiro (2005) e Linda Tuhiwai Smith (2012), bem como em reflexões sobre relações de poder e colonialidade nos territórios sociais e ambientais, dialogando com Achille Mbembe (2018) e Nego Bispo (2015).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa etnográfica abrangeu a participação em rituais e a coleta de depoimentos de cinco benzedadeiras em Pelotas-RS, revelando um universo rico de práticas de cura e saberes ancestrais. A prática da benzedura está profundamente enraizada na oralidade e na memória dessas mulheres, transmitida tanto consanguineamente quanto a pessoas da comunidade, mantendo viva uma tradição que resiste a todas as tentativas de apagamento. Estes territórios, carregados de memória e espiritualidade, são percorridos pelo cosmoencantamento, uma lógica que integra corpo, espírito, memória e ambiente, mostrando que a cura ancestral não se dissocia da vida cotidiana nem do cuidado com o meio. A percepção de tempo espiralar, conforme Leda Martins (2002) se manifesta nas narrativas, permitindo que os saberes ancestrais permaneçam vivos na prática cotidiana. A invisibilidade dessas práticas ecoa as reflexões de Sueli Carneiro (2005) sobre o racismo epistêmico, evidenciando como saberes populares e afrocentrados são marginalizados pelas narrativas hegemônicas da ciência e da medicina ocidental. A pesquisa demonstra que a ciência afirmativa deve reconhecer a validade desses saberes, pois constituem ferramentas de resistência, cuidado e justiça ambiental, reforçando a relação entre seres humanos e natureza. As benzeduras, as práticas, as ervas, as rezas e os territórios sagrados se apresentam como saberes vivos, articulando memória, espiritualidade e comunidade, constituindo estratégias de preservação da vida, da ancestralidade e dos vínculos com o ambiente. Assim, as práticas das benzedadeiras não são apenas expressões culturais ou religiosas: são epistemologias de resistência e cuidado, capazes de dialogar com ciência, direitos sociais e justiça ambiental, ampliando a compreensão de como saberes tradicionais podem sustentar modos de vida mais integrados, respeitosos e sustentáveis.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa evidencia a importância de reconhecer e valorizar os saberes ancestrais das benzedadeiras de Pelotas-RS como formas legítimas de conhecimento, cuidado e resistência. A abordagem etnográfica permitiu explorar a dimensão dos territórios afetivos e sagrados, destacando como memória, oralidade e práticas de cura se articulam em uma epistemologia afrocentrada que dialoga com ciência afirmativa, direitos sociais e justiça ambiental. A principal inovação deste trabalho reside em articular memória, cosmoencantamento e territorialidade como elementos centrais para compreender os saberes populares, revelando que a preservação desses conhecimentos vai além da documentação: ela implica o reconhecimento ético e epistemológico daquilo que tradicionalmente é invisibilizado pelas narrativas hegemônicas. Além disso, a pesquisa contribui para ampliar o conceito de ciência afirmativa, evidenciando que práticas de cuidado, transmissão de saberes e relações com a natureza são tão legítimas e

relevantes quanto os conhecimentos produzidos em laboratórios. Dessa forma, este estudo oferece uma reflexão sobre a necessidade de legitimar esses saberes, integrando-os em políticas de educação, saúde e meio ambiente. Assim, fortalecemos práticas que promovem cuidado, memória e justiça social para as gerações futuras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

BISPO, Antonio. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI, 2015.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Fratton. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Capítulo de livro

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, L. A. et al. *Movimento negro educador*. Petrópolis: Vozes, 1988. p.223-244.

Tese/Dissertação/Monografia

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.